

PRÁTICA DE LEITURA COMO ALICERCE PARA A FORMAÇÃO DO SUJEITO-AGENTE NA PRODUÇÃO DE SENTIDO NOS PROCESSOS DISCURSIVOS.

Shirlei Luana Chaves e Sousa PEREIRA

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais-PUC Minas

shirleiluana@yahoo.com.br

Resumo: A leitura deve ser compreendida como um alicerce sociocultural, sendo responsável pela formação do sujeito leitor. As estratégias de construção de leitura devem receber uma apreciação, pois é a partir delas que o sujeito, enquanto leitor se insere no "mundo da leitura". É importante frisar que por mais que a leitura seja a base que sustenta os muros sociais, a mesma é tratada, por muitos, de forma insignificante. Há muito vem se discutindo e reformulando o ensino da leitura e interpretação, pois, dentro do ambiente escolar existe a ideia de uma leitura linear, capaz de nos dar uma única interpretação. Porém, quando se fala em sujeito-agente nos processos discursivos pensamos em um sujeito capaz de argumentar e sustentar todos os seus argumentos e para tal é preciso que haja práticas de leitura e uma "certa" liberdade para interpretar. Deste modo, o sujeito leitor não pode ser censurado em seu processo de leitura e interpretação, apenas, se preciso direcioná-lo para que não fuja do tema tratado. O ato de ler deve ser um processo constante para que o sujeito possa armazenar conhecimentos e em um processo discursivo seja capaz de utilizá-los e adequá-los ao contexto de comunicação. Assim, é preciso que se perca a ideia de que a leitura é apenas uma decodificação linguística, e compreendê-la como um processo de interação e percepção discursiva.

Palavras-chaves: Leitura; Sujeito-Agente; Interpretação; Compreensão.

Estamos a cada dia que passa sofrendo com bombardeios de informações que chegam até nós de forma simultânea. Hoje, somos massacrados, em demasia, por informações e, por isso, temos que ter um olhar crítico e absorver o que de fato nos interessa. A mídia, constantemente, tenta nos convencer sobre determinado assunto, as publicidades tentam-nos para que possamos “comprar” o que ela vende e assim por diante. Como podemos perceber a todo o momento sofremos com o tiroteio informacional. Mas como nos posicionar diante dele?

É fato de que precisamos ser leitores críticos, capazes de nos defender e questionar sobre o que vem de encontro a nós. Em meio a um mundo globalizado não podemos nos contentar em apenas ouvir o que os outros falam e tomar isso como a única verdade, é preciso que saibamos questionar e, principalmente, defender o nosso ponto de vista. Assim, é importante que a leitura seja o alicerce na formação de qualquer cidadão. Ela incita o pensamento, desenvolve a criatividade, possibilita uma escrita coerente e auxilia no processo de assimilação da informação.

O cidadão que não tem o hábito de leitura não consegue se desvencilhar das armadilhas “informacionais” e muito menos fazer assimilações entre um texto e outro. Torna-se assim, prisioneiro de sua própria “ignorância”, pois não é capaz de fazer uma leitura crítica

de mundo e nem de (re) construir ou (re) formular conhecimentos. Todos nós sabemos que uma sociedade precisa de sujeitos/agentes detentores de conhecimentos e criativos, capazes de inovar e reinventar a cada instante. Mas esses sujeitos só existirão se a base escolar deles assim os formar. Por mais que a leitura seja a base que sustenta os muros sociais, sabemos que a mesma ainda é tratada por muitos de forma insignificante.

Há muito vem se discutindo e reformulando o ensino da leitura/interpretação, pois, dentro do ambiente escolar existia/existe a ideia de uma leitura linear, mecanicista capaz de nos dar uma única interpretação. Contudo, diante do mundo fora dos muros da escola a realidade é outra. Há necessidade de que o leitor seja agente e produtor de sentido e não um mero receptor incapaz de fazer qualquer questionamento.

As práticas de leitura e interpretação vêm sendo estudadas e modificadas. Hoje já existem materiais que fazem uma abordagem mais significativa e que se ajustam às necessidades da sociedade. Cabe aos educadores tomarem conhecimento e colocar em prática as novas formas de ensino para que a aprendizagem dos alunos seja significativa.

Pode-se dizer que a falta de “desenvoltura” com a Língua Portuguesa, por parte dos alunos, implica em um desfalque em seu desenvolvimento linguístico que pode ter sido causado por uma má formação escolar. Sabe-se que há uma grande preocupação a respeito do ensino da Língua Materna, visto que, ela é a ponte para o desenvolvimento social e político. De acordo com Piaget (1995), o meio social em que o aluno se encontra é fundamental para uma associação cognitiva, de forma que o aluno só deterá o conteúdo se de algum modo estiver motivado e interessado na aula. Caso contrário, as informações passadas serão apenas decoradas e futuramente esquecidas.

Na luta por uma forma educacional mais eficaz o conhecimento linguístico é indispensável para o ensino da Língua Materna. Assim, teorias que recentemente surgiram tais como: Linguística Textual, Análise do Discurso, Teoria da Enunciação, Semântica entre outras, vêm contribuindo, e muito, para a reciclagem na forma de ensino/aprendizagem. Essas novas teorias abordam as práticas de leitura, produção oral e escrita trabalhadas pelos professores e sempre estão voltadas para o contexto social.

Se analisarmos hoje o CBC-MG (Conteúdos Básicos Comuns) de Língua Portuguesa ou até mesmo de outra disciplina perceberemos que não se fala em uma leitura-padrão ou única. Assim, é possível que o aluno faça uma ligação do seu conhecimento de mundo com o que está sendo lido. Portanto, torna-se pertinente explorar o senso crítico dos alunos, a partir do seu dia a dia tornando-os sujeitos/agentes dos processos discursivos em que estão inseridos.

Não se pode apresentar aos alunos o texto como sendo um produto pronto e acabado, de forma que não haja ainda um processo de significação a ser feito. É necessário ensiná-los a ler o texto a partir do contexto sócio-histórico-cultural em que foi escrito, como também associá-lo com o seu produtor, pois assim compreenderá de forma mais positiva quais foram as condições de produção do texto e a mensagem que o mesmo quer transmitir.

É preciso especificar que de acordo com a teoria discursiva, é nas situações existentes entre o texto, o leitor e o autor que se dá o sentido do texto (Orlandi, 1996). Portanto, não podemos afirmar que a “*produção de sentido*” se dá de uma única forma, mesmo que haja um sentido consensual, pois, é necessário que se tenha a ideia de pluralidade dentro dos textos.

1.1 A importância da leitura para a formação do Sujeito-Agente.

De acordo com Orlandi (1996, p 09.), a leitura “é uma questão de natureza, de condições, de modo de relação, de trabalho, de produção de sentidos, em uma palavra: de historicidade”, logo, a leitura é construída ao longo da história.

A compreensão de um texto depende de suas condições de produção, bem como: do contexto histórico, do local e forma de divulgação, da ideologia inserida nele e da identidade do autor. Esse processo de “reconhecimento de campo” e posteriormente a leitura contribuem de forma significativa para o desenvolvimento da escrita. As condições de produção que envolve a leitura são constituídas pela junção linguística e ideológica, que se dá na ligação de seus elementos históricos e sociais já determinados.

Esse processo de historicidade, de acordo com a Análise do Discurso de linha francesa, está ligado às condições de produção. Assim, segundo Pêcheux (1997, p.78):

(...) Os fenômenos lingüísticos de dimensão superior à frase podem efetivamente ser concebidos como um funcionamento, mas com a condição de acrescentar imediatamente que este funcionamento não é integralmente lingüístico (...) e que não podemos defini-lo senão em referência ao mecanismo de colocação dos protagonistas e do objeto de discurso, mecanismo que chamamos ‘condições de produção’ do discurso.

Portanto, ao trabalhar com interpretações de textos em sala de aula é necessário que se faça com que os alunos, sujeitos-interpretantes, levem em consideração todo o processo histórico de construção do texto. Para que isso ocorra é importante que se incentive o aluno a pesquisar: quando foi produzido o texto, por quem foi produzido, para quem entre outras perguntas que se façam pertinentes no momento da interpretação.

Esses questionamentos seguidos de uma pesquisa uma pesquisa farão com que o aluno adquira uma carga de conhecimento de extrema importância que futuramente o ajudará a interpretar outros textos.

Coracini (1991) também aborda a leitura ligada às condições de produção, perpassadas pelo contexto histórico-social, que designam os processos de significação. De acordo com ela, ler é um processo discursivo “no qual se inserem os sujeitos produtores de sentido – o autor e o leitor - ambos sócio-historicamente determinados e ideologicamente constituídos” (CORACINI, 1991, p.15). Os sujeitos inseridos no contexto sócio-histórico de produção tornam-se responsáveis pelos vários sentidos que um único texto venha ter. Assim, as ideologias que estes sujeitos (autor e leitor) sobrepõem no texto serão determinantes para o processo de compreensão.

Para Smith (1989) a leitura nada mais é do que um processo de interação entre o leitor, detentor de um conhecimento prévio (conhecimento não visual), e o texto (portador da informação visual). Assim, de acordo com ele a leitura eficaz e fluente exige do leitor um conhecimento não visual, mesmo que mínimo:

Os leitores (quando estão lendo fluentemente) (...) utilizam a informação não-visual, a fim de compreenderem, (...) assumem controle do texto através 4 características da leitura significativa – sua leitura é objetiva, seletiva, antecipatória e baseada na compreensão. Os leitores inexperientes, (...) dependem mais das palavras reais no texto quando lêem, porque estão exercendo menor controle sobre sua leitura, são mais dominados pelo texto, falta-lhes o objetivo, seletividade, antecipação apropriada e compreensão (SMITH, 1989, p.210).

Corroborando Smith, podemos afirmar que o maior problema encontrado nas aulas de português é a interpretação de textos, visto que, os alunos trazem consigo um conhecimento

prévio insuficiente, sendo este adquirido por meio de vivências sociais e principalmente pelo hábito de leitura. Scott (1983, p. 101) postula que “é sabido que o leitor competente não lê literalmente, mas sim busca o significado. De certo modo procura algo que não encontra no texto e nessa busca cria significado”. É esse processo de criação de significado que nós chamamos de conhecimento prévio e que é ativado cada vez que o sujeito-leitor exerce a leitura. Logo, se o texto lido aborda sobre um determinado assunto em que o leitor já teve contato, a assimilação entre o que já foi lido com o que está lendo será feita automaticamente fazendo com que a compreensão seja satisfatória.

Se pretendermos formar leitores críticos, capazes de ir até as entrelinhas do texto, buscando a amplitude sociocultural é necessário antes de qualquer coisa concebê-lo como um sujeito sócio-histórico inserido nos processos discursivos.

Para a Análise do Discurso de linha francesa, de acordo com Orlandi (2007), a interpretação não deve parar na interpretação, e sim, trabalhar com seus limites e seus mecanismos no processo de significação. Para ela não há um sentido verdadeiro escondido, mas gestos de interpretação capazes de fazer o leitor compreender o que se tem no texto. Portanto, a Análise do Discurso busca a compreensão de como um determinado objeto produz sentidos, que por sua vez, implica em especificar como o texto organiza os “gestos” de interpretação que incluem sujeito e sentido. Logo, há uma produção de novas “práticas de leitura”.

Orlandi (2007) afirma que para uma interpretação mais eficaz durante o processo de leitura é fundamental que o sujeito-leitor leve em consideração as condições de produção do texto, pois elas contribuem para os processos de significação, assim, como as condições de produção. Também é importante que o aluno seja capaz de observar e pontuar outros aspectos determinantes para a compreensão do texto como: a “*intertextualidade*” e o “*implícito*”.

O primeiro demanda que os sentidos dos textos são construídos na relação com outros textos. O segundo aborda a ideia de “por entre linhas”, ou seja, é necessário que compreenda não só o que está escrito no texto, mas o que também não está efetivamente escrito. Por isso, a aula de leitura não pode se limitar apenas ao enredamento linguístico do texto. É necessário que o professor mostre ao aluno que um “texto sozinho” não é possuidor de um valor, mas quando na inter-relação com outros textos este passa ser detentor de valores construídos sócio-historicamente.

É preciso que não se deixe o aluno ter a ilusão de ser detentor primeiro do sentido, visto que, ele é um sujeito interpelado pela ideologia, ou seja, ele é *assujeitado*. A formação de sujeitos-agentes nos processos discursivos requer reconhecê-los como seres sociais e históricos levando sempre em conta suas experiências e seus conhecimentos anteriores.

Não se pode imaginar, uma análise textual sem associá-la ao conhecimento de mundo do sujeito. Pois assim, como Possenti (1996), acreditamos que se isso ocorrer há uma grande perda da qualidade e o objetivo na aula de leitura não será alcançado.

Quando falamos em leitura estamos olhando mais adiante que é a prática de escrita e oralidade. Uma pessoa que lê tem argumentos e a possibilidade de cometer menos erros ortográficos do que um sujeito que não tem o hábito de leitura.

1.2 A necessidade de se construir estratégias para a Produção de Sentido nos processos de leitura.

Hoje mais do que nunca se faz necessária a formação de alunos capazes de serem produtores de sentidos, bem como receptores do mesmo, de forma a permitirem que a língua funcione em perfeito estado.

Assim, de acordo com Mari e Mendes (2007, p. 11):

A produção de sentido reporta a uma condição necessária ao funcionamento de uma língua, enquanto a leitura representa uma estratégia possível para a produção de sentido. Logo, a correlação não resulta apenas do fato de a leitura ser uma estratégia de produção de sentido, mas também de ela ser a atividade de um sujeito-falante que precisará mobilizar recursos (físicos, mentais, cognitivos, lingüísticos, sociais) para dar conta da compreensão de um texto. Ler é, portanto, produzir sentido, mas numa extensão em que talvez tivéssemos que qualificar um pouco mais nossa a nossa atividade de leitura.

Corroborando as ideias de Mari e Mendes, quanto mais qualificada a leitura, mais recursos existirão para a produção de sentido e conseqüentemente a interpretação será mais positiva.

Nenhum leitor conseguirá fazer uma leitura, sem antes buscar em si mesmo conhecimentos e estratégias já pré-existentes de forma a tornar a leitura mais “fácil”. As estratégias são decisivas para a produção de sentido, visto que, não conseguimos processar imediatamente tudo o que lemos. Mas como saber quais estratégias utilizar para a leitura de um determinado texto? Será que sempre teremos uma estratégia pronta para ser utilizada em qualquer texto?

A resposta pode ser positiva ou negativa, pois dependerá do grau informacional do sujeito-leitor. Assim, de acordo com Mari e Mendes (2007), em muitas leituras podemos ter uma compreensão imediata, enquanto em outras, o resultado será tardio e vão requerer do leitor outros tipos de estratégias.

Antes de chegar com qualquer texto para os alunos interpretarem é necessário que lhes sejam apresentados os diferentes gêneros, de forma a lhes mostrar que cada gênero traz consigo características próprias. Portanto, ao reconhecer a “estrutura” do texto, a qual gênero ele pertence, o aluno conseguirá assimilar suas características e conseqüentemente criar, a *priori*, subsídios para a sua interpretação.

Para Mari e Mendes (2007) quando os leitores estão familiarizados com os gêneros eles começam a internalizar suas particularidades, assim, o reconhecimento dos textos se dará de forma automática de modo a “categorizá-los” a partir de semelhanças e/ou diferenças ‘genéricas’. As ações discursivas, formadas pelo conjunto dos atos *ilocucionais*, que perpassam os gêneros textuais servem de “distinção” entre os vários tipos de gêneros. Assim, postulando Mari e Mendes (2007) os atos *ilocucionais* servirão como fator importante para a compreensão do texto. Os atos de fala servem como uma linha divisória entre os diferentes gêneros, no qual as críticas, elogios, ameaças, promessas, congratulações, pensamentos, entre outros, nos dão uma base a qual gênero o texto pertence.

Os alunos não estão acostumados e nem conhecem os vários tipos de gêneros que circulam na sociedade, ou melhor, eles se deparam com esses gêneros, mas não os conseguem identificar, por isso, muitas vezes, a leitura não é compreendida o que faz com que os alunos não gostem de ler. Trabalhar com estratégias de reconhecimento e diferenciação de gêneros serve para despertar o interesse dos alunos para a interpretação e levá-los a querer encontrar significado para o gênero que estão lendo.

Outra estratégia necessária para a leitura de um texto é identificar a *intencionalidade* nele embutida. Todo texto traz em si uma *intencionalidade*, e esta, de acordo com Mari e

Mendes (2007), tem o valor de direcionamento, ou seja, serve para “orientar a percepção das coisas no mundo”. Se o aluno conseguir identificar o gênero do texto e a possível intencionalidade nele embutida, será capaz de fazer uma leitura mais eficaz, tendo uma produção de sentido positiva e sendo ainda, capaz de se posicionar criticamente.

Para a compreensão dos processos discursivos também é importante que o aluno utilize a sua *motivação interna* para poder qualificar o texto que está sendo lido, assim, por meio da *motivação interna* o aluno-leitor poderá assimilar um *SE* (significante) anterior adquirido em uma experiência anterior, com o que está em uso de forma que o *SO* (significado) possa ser transferido para o contexto da leitura atual. Várias hipóteses de leitura podem ser levantadas por meio da motivação, por isso não se pode pensar em uma única interpretação para todos os alunos, principalmente porque cada aluno tem em si uma motivação interna diferenciada.

Ao trabalhar com o processo de interpretação dentro da sala de aula, precisamos estar atentos a todos os fatores internos e externos que perpassam a leitura que está sendo ou será efetuada. Não podemos exigir que o aluno compreenda algo que está fora do seu contexto social, precisamos a todo o momento aumentar sua carga informacional, dando-lhe bagagem suficiente para uma boa interpretação.

Cada texto trabalhado é criado a partir de uma enunciação, sendo esta de suma importância para o processo de produção de sentido. Para Mari e Mendes a enunciação no processo de difusão do entendimento, age por meio do significante/significado uma vez que, dá ao signo vários sentidos. É pertinente lembrar que, no processo comunicacional a enunciação só será satisfatória se autor e leitor dispuserem de uma “mesma unidade simbólica”, portanto, pode-se dizer que a produção de sentido depende da enunciação.

Corroborando Mari e Mendes, o enunciado e a enunciação precisam estar em sintonia de forma a constituírem sentido e significação. O processo de significação é (re)construído, principalmente, no ato de leitura. Por isso, precisa-se pensar em estratégias que possibilitem ao aluno (des)construir e significar o que se lê. Assim, o contato com a leitura deixa de ser algo massacrante para ser prazeroso, pois começa a existir um *Princípio da Compreensabilidade (PC)*.

É importante frisar que o Princípio da Compreensabilidade só será satisfatório se o locutor dispuser do *Princípio da Expressabilidade (PE)* compatível com o grau de conhecimento do aluno. O professor é totalmente responsável por esse processo de aceitação da leitura como algo necessário e ao mesmo tempo prazeroso. É muito importante que haja um planejamento que atenda a demanda dos alunos, precisa-se que os textos a serem lidos estejam no âmbito da realidade social de cada aluno-leitor.

O *Princípio de Expressabilidade* irá variar de autor para autor, o que de fato importa é a interação entre locutor e interlocutor. Quando um professor leva para a sala de aula um determinado texto ele tem que antes de qualquer coisa pensar se os seus alunos/interlocutores têm conhecimento e até mesmo certo domínio das regras ali existentes. Se caso a resposta for negativa, ou seja, o aluno não tiver conhecimento das “regras” utilizadas naquele texto, o *Princípio de Compreensabilidade* não será ativado, de forma que a sensação de incapacidade invadirá mais uma vez o aluno.

O entendimento da enunciação depende da relação entre o *Princípio da Expressabilidade* e o *Princípio da Compreensabilidade*, portanto, de acordo com Mari e Mendes, é preciso pensar que esses dois princípios dialogam entre si e que não há uma linearidade entre os dois, permitindo assim que um mesmo texto possa ser interpretado de maneira diferente por diferentes alunos-interlocutores.

Hoje o que se vê em sala de aula, é uma grande exigência por parte dos professores para que o aluno seja capaz de interpretar e argumentar sobre um determinado texto, porém, é

preciso lembrar que esses alunos não dominam todas as regras que ali existem, sendo provável uma defasagem na interpretação. Mas o que fazer então com esses alunos? Como fazê-los dominar todas as regras? Não há como dominar todas as regras, há sim a possibilidade de ativar no aluno a sua motivação interna, fazendo a contextualização do texto, instigando-o a compreender a intencionalidade do autor e o que ele busca com aquele enunciado e principalmente trabalhar com textos em que o *Princípio de Expressabilidade* seja compatível com o *Princípio de Compreensibilidade* dos alunos.

Cabe ao professor a tarefa de utilizar estratégias que permitam o contato positivo do aluno com a leitura dando uma base para a produção de sentido. A partir do momento que há uma interação do aluno com o texto seu poder de argumentação irá aumentar de forma a despertar sua autoconfiança. Essa autoconfiança é necessária para a formação de sujeitos-agentes de seus discursos, totalmente capazes de dar fundamentações pertinentes a suas argumentações.

1.2 Aula de leitura: espaço para inserção social

As aulas de língua portuguesa são sempre apontadas como “única” responsável pela grande falha de leitura, escrita e interpretação apresentada pelos alunos. Se o aluno não sabe escrever a culpa é do professor de Língua Portuguesa, se o aluno não sabe interpretar a culpa mais uma vez é do professor de Língua Portuguesa e se o aluno não sabe ler é a mesma história, a culpa é do professor de Língua Portuguesa.

Entretanto, sabe-se que não se pode pensar dessa maneira, hoje, mais do que nunca trabalhamos com a interdisciplinaridade, na qual, todas as matérias estão ligadas entre si. É necessário que os educadores de diferentes áreas trabalhem juntos, visando sempre o desenvolvimento intelectual e social do aluno. É claro, que não podemos tirar do professor de Língua Portuguesa a responsabilidade de letramento. Mas não podemos ter a visão mesquinha de que nenhuma matéria tenha ligação com a outra. Todas as disciplinas precisam trabalhar com leitura e interpretação de textos. Devem sugar do aluno o seu conhecimento prévio, que é adquirido por meio da leitura, de forma a contextualizá-lo socialmente.

Infelizmente, o que se vê nas aulas é uma leitura “escolarizada”, que obriga o aluno a ler muitos textos sem saber para que servem, ou seja, sem ao menos ser orientado sobre o que deve ser feito e de como ser feito. De acordo com Silva (1989), a leitura sofre uma crise que vem se alastrando a cada ano. A leitura está virando uma prática mecanicista que tem o fim em si mesma, não há uma preocupação de contextualização da leitura, há apenas, uma memorização e transcrição das ideias do texto para uma folha de papel.

Há dessa maneira, de acordo com o autor, uma “*cretinização do leitor*”, ou seja, não há uma busca por conhecimento, o repertório do aluno continua restrito e fraco com relação à leitura. Portanto, a cada dia criamos sujeitos “ignorantes”, passivos e maus leitores. Para Silva (1989, p.93) a leitura “(...) deve ser precedida ou permeada por uma visão crítica da realidade social e dos problemas ali encontrados. (...), deve se alongar para dentro da realidade social”, ou seja, precisamos sempre contextualizar o que está sendo lido. É necessário que aluno ao ler consiga enxergar o contexto em que se encaixa aquela leitura.

É necessário que pensemos as aulas, aqui me refiro às de Língua Portuguesa, como um local para inserção social. O sujeito-aluno precisa tornar-se capaz de argumentar, questionar, discordar e até mesmo “brigar” por seus direitos e ideias. Devemos formar sujeitos-agentes dos processos discursivos em que eles se encontram, pois, a sociedade exclui os sujeitos “incapazes” de falarem a seu favor, ela pisoteia quem não sabe se defender, esmaga quem não tem argumentos. É preciso agir, precisamos formar alunos capazes de sobreviverem às

inúmeras regras impostas pela sociedade. É de suma necessidade inserir os alunos no meio social.

Há de se pensar nas aulas de leitura como um fator primordial para a vida em sociedade. Coracini (1995) diagnosticou que o trabalho voltado para a leitura de vários tipos de textos não estava tendo efeitos de sentido no sujeito-leitor, tendo apenas como serventia o trabalho e reconhecimento das unidades e estruturas linguísticas. Mais uma vez a ideia de leitura como decodificação linguística. Este mau hábito, de pensar a leitura enquanto processo de decifração é que vem perdurando tomando lugar da leitura enquanto processo de interação e percepção discursiva.

As aulas de leitura e interpretação têm que abrir espaço para os alunos se manifestarem a respeito do tema abordado deixando-os à vontade para exporem sua opinião. Não se pode monopolizar a compreensão, apenas orientar para que não haja uma fuga do tema tratado. O professor deve deixar o aluno manifestar-se livremente a respeito do texto, dando-lhe espaço para tirar conclusões e posicionar-se diante do tema abordado.

Não existe mais a ideia do professor como detentor absoluto do conhecimento, há uma via de mão dupla, onde alunos e professores se encontram e debatem, fazendo uma troca constante de conhecimento. Sabemos que os professores tem um livro didático a seguir, mas cabe a eles utilizá-lo de forma diferenciada. As questões de interpretação de texto já trazem a resposta para o professor, assim, se o aluno não responder daquela maneira a sua resposta será automaticamente anulada. Mas como então trabalhar de forma diferenciada as condições de produção daquele texto, visto que ele já tem uma resposta pronta e acabada? Pertence ao professor a autonomia de dar aos alunos a liberdade de interpretação, aceitando a opinião do aluno e orientando-o quando a sua resposta fugir ao tema tratado.

O professor é tido hoje, como mediador do conhecimento, um instrumento essencial para a vida social do aluno. Essa mediação de conhecimento deve ser prática e didática, para que o aluno se sinta seguro ao construir seu, pois a sua desenvoltura e aprendizado em sala de aula é que irá garantir seu sucesso e em meio à sociedade.

Um bom leitor é um sujeito-agente, capaz de construir significados e confrontar vários textos tendo plena autonomia para utilizar suas próprias ferramentas para a interpretação. Assim, talvez o aluno seja capaz de identificar as várias vozes que perpassam o discurso, analisando a maquinaria do funcionamento discursivo do texto, atentando para a intertextualidade, o que lhe dará a noção de um texto inacabado, que será “completado” na inter-relação com outros textos. Para Dias (2007, p.76)

O processo de leitura é dependente das referências socioculturais subjacentes a cada situação de interação verbal e desta constitutivas, pois um texto se enquadra não apenas em sistematicidades formais e organizacionais mas também em esquemas referenciais e relacionais já estabilizados. Um texto só existe em relação a outros textos, seja em conformidade, seja em oposição a um já dito, e encontra-se em um horizonte de expectativas a partir de crenças e saberes coletivos. O reconhecimento de um texto tem a ver com o conhecimento dessas crenças e saberes, com esse movimento interdiscursivo que se estabelece entre os dizeres, os discursos e os gêneros textuais.

Assim, é possível concluir que um texto só terá sentido se analisado a partir de outros, ou seja, é preciso conhecer as várias formações discursivas que estão embutidas no que se está lendo. A aula de leitura é fundamental para a formação de leitores perceptivos,

capazes de fazer assimilações e compreender a relação de determinados dizeres discursivos com outros já construídos a *priori*. Soares (2000, p. 18) postula que “a leitura não é um ato solitário; é interação entre indivíduos, e indivíduos socialmente determinados”. Portanto, o ato de ler deve ser considerado como um lugar de interações sociais, onde autor, leitor, texto, contexto dialogam entre si a fim de construir significados.

CONCLUSÃO

Trabalhar com o ensino da leitura, vem sendo cada vez mais necessário. Nossos alunos estão com a mente preguiçosa e não conseguem estabelecer critérios de assimilação entre uma leitura e outra. Quando abordamos neste artigo o mundo globalizado, não podemos nos esquecer, que além de um fluxo denso de informações, temos outro agravante: a internet, que possibilita a nossos alunos um acesso rápido a informações, e é claro, respostas e posições prontas sobre qualquer assunto. Em síntese, nossos alunos não precisam pensar, visto que, encontram tudo pronto e de fácil acesso.

Mas e os nossos alunos que não têm acesso à internet? Estes ainda são prisioneiros de um ensino, talvez, arcaico, que não os ensina a pensar, mas apenas a reproduzir. Há aqui um paradoxo: de um lado acesso à informação (internet) e de outro a restrição a tal informação. Então, como estes alunos que têm acesso à informação tem o mesmo problema de leitura/interpretação dos alunos que não têm? A resposta é simples: os alunos que têm acesso à informação não sabem extrair os benefícios que ela oferece, de forma a apenas reproduzir o que já foi dito. Não há aqui a necessidade de raciocinar, apenas a habilidade para transcrever. O mesmo acontece com nossos alunos que têm o contato apenas com o livro didático, eles transcrevem o que leram sem se preocuparem com a interpretação e compreensão.

Há muito a ser pensado e repensado com relação à leitura, pois se muitos a veem como libertação outros a têm como um sistema carcerário. As práticas de leitura devem ser constantes, contudo, é preciso observar a forma como ela acontece, pois pode haver a prática e não existir a compreensão.

A leitura não busca criar sujeitos reprodutores de sentidos, mas sujeitos-agentes, produtores de sentido que buscam (re)significar em um dado contexto. Assim, é necessário levar em consideração o contexto sócio-histórico-ideológico que o sujeito leitor está inserido. Pois, uma leitura jamais estará livre da “pessoalidade” do leitor, que, ao ler, impregna a leitura com marcas pessoais que são construídas no contexto sociocultural.

Precisamos repensar o nosso método de ensino, pois há um “desequilíbrio” social, quando os alunos são expostos a situações reais de leitura e interpretação e não conseguem argumentar. É necessário que se forme sujeitos-agentes nos processos discursivos. É vital formar cidadãos aptos a viverem e sobreviverem a uma sociedade estigmatizada que (pré) estabelece princípios “indispensáveis” para o convívio social.

Em síntese, a prática de leitura não pode ser imposta, mas estimulada de forma a desenvolver no sujeito-leitor habilidade e gosto pelo ato de ler. Caso isto ocorra, o processo de interpretação e compreensão será mais eficiente e a possibilidade do sujeito se tornar agente nos processos discursivos será bem maior. Mas o que é ser agente nos processos discursivos? Neste trabalho, ser agente é ser detentor do conhecimento e ter propriedade, segurança no que diz durante o processo discursivo, ou seja, no momento de interação com o outro, pois é nesse convívio/interação que o ser humano se projeta e realiza.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA FILHO, J. C. P. Maneiras de compreender Linguística Aplicada. In: **Revista Letras**. Vol. 2. Santa Maria-RS: UFSM, 1991.
- ANTUNES, I. **Aula de português: encontro & interação**. 8ª Ed. São Paulo: Parábola editorial, 2003.
- BRASIL. Decreto nº 6.629 de 4 de novembro de 2008. Disponível em: WWW.planalto.gov.br. Acesso em: 15/01/2011.
- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. Brasília, 1997.
- CAVALCANTI, M. C. A propósito da linguística aplicada. In: **Trabalhos em Linguística Aplicada**. Vol. 7. Campinas: UNICAMP, 1986.
- CORACINI, M. J. **Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência**. Campinas: Pontes, 1991.
- FREIRE, P. **A importância do ato de ler: um tema em três artigos**. 44ª ed. São Paulo: Cortez, 1982.
- LUDKE, M; ANDRÊ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- MARI, H; MENDES, P. H. A. **Produção de sentido e leitura: gênero e intencionalidade**. In: *Ensaio sobre a leitura 2*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2007.
- ORLANDI, E. P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 7ª edição, Campinas: Pontes, 2007.
- ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas: Pontes, 1996.
- PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In: GADET, F; HAK, T. (Orgs.) **Por uma análise automática do discurso**. Campinas. Ed. Unicamp, 1997.
- PIAGET, J. **Seis estudos de psicologia**. Tradução: Maria Alice Magalhães D'Amorim e Paulo Sergio Lima Silva. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- POSSENTI, S. Pragmática na análise do discurso. In: **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas: UNICAMP, 1996.
- SCOTT, M. **Lendo as entrelinhas**. *Cadernos PUC*. São Paulo: PUC (16), 1983, p. 101-123.

SEE-MG. **Conteúdo Básico Comum (CBC) de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental 6º ao 9º ano.** Belo Horizonte: SEE, 2007.

SMITH, F. **Compreendendo a leitura:** uma análise psicolinguística da leitura e do aprender a ler. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

SILVA, E. T. A leitura na vida do futuro professor: uma reflexão de alerta. In: BERNARDO, M. V. C; STEFANINI, M. C. B. (Orgs.) **Pensando a educação sobre a formação do professor e política educacional.** São Paulo: UNESP, 1989, p. 91-94.

SOARES, M. **As condições sociais da leitura:** uma reflexão em contraponto. In: ZILBERMAN, R.; SILVA, E. T. (Org.). *Leitura: perspectivas disciplinares.* São Paulo: Ed. Ática, 2000, p. 18-29.